

“OS INIMIGOS INTERNOS”: PERMANÊNCIAS AUTORITÁRIAS DO REGIME MILITAR NAS PRÁTICAS DE REPRESSÃO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL

Tayller Maurício Rodrigues de Souza, Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranavaí

Andressa Paula de Andrade, Doutora, Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranavaí.

Introdução

O contexto da Guerra Fria produziu impactos significativos na organização política de diversos países, inclusive do Brasil. Sob a justificativa de combate ao comunismo e preservação da ordem nacional, o golpe cívico-militar de 1964 instaurou um regime marcado pela perseguição política, censura e supressão de direitos fundamentais. Para além da violência física, institucional e sobretudo política, amplamente documentada pela historiografia, a ditadura militar também se estruturou sobre mecanismos de controle moral e social.

Deste modo, o objetivo geral deste trabalho é analisar a forma pela qual o regime militar transformou a população LGBTQIAPN+ em inimigos internos do povo brasileiro, sob uma perspectiva de prevalência da doutrina da segurança nacional, por irem contra os padrões comportamentais e de expressão cisheteronormativos e cisheteroafetivos, utilizando-se de pautas políticas para “disfarçar” a opressão moral. Bem como identificar em que medida a opressão realizada contra gêneros e sexualidades dissidentes durante o regime militar contribui para a permanência da homotransfobia na contemporaneidade.

Especificamente, o presente resumo expandido objetiva a manutenção da memória das vítimas das diversas formas de repressão e opressão manifestadas durante o regime militar, sobretudo àquelas perseguidas por

manifestarem suas identidades e desejos, assim como analisar criticamente a omissão estatal durante todos esses anos.

Materiais e métodos

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como qualitativa e como técnica de pesquisa de caráter bibliográfico, fundamentando-se na revisão de literatura, especificamente na revisão narrativa, e desenvolvida com base no método dedutivo (Marconi; Lakatos, 2021). O resumo em contexto teve como base principal para seu desenvolvimento os estudos dos autores James N. Green (2023) e Renan Quinalha (2017 e 2023). Bem como, os relatórios da Comissão Nacional da Verdade.

Resultados e Discussão

Quando se fala em ditadura militar no Brasil, é comum que se pense nas incontáveis violações a direitos fundamentais embasadas na perseguição política a adversários do regime ditadorista. Todavia, ao analisar-se as formas de manifestação das opressões durante a ditadura, é possível verificar uma outra forma de violência recorrente principalmente contra grupos específicos da sociedade: a opressão moral (Quinalha, 2017).

Nesse contexto, pessoas LGBTQIAPN+ passaram a ser associadas à degeneração moral, à subversão dos costumes e, em muitos casos, à ameaça comunista. Assim, a repressão estatal não se limitou ao campo político, alcançando também sujeitos considerados incompatíveis com os valores de “família”, “moral” e “bons costumes” defendidos pelo regime. Desse modo, a violência praticada contra essa população esteve diretamente relacionada a um projeto de higienização social e disciplinamento moral. Isso se deve ao fato de que a “[...] homossexualidade foi associada com ameaças ao estado, à sociedade e à segurança nacional, que augurariam dissolução social e, no contexto da Guerra Fria, o triunfo da subversão comunista” (Cowan, 2023, p. 49).

A homofobia não foi uma violência que se originou na ditadura. Na verdade, ela remonta a tempos bem anteriores ao Golpe de 64 (Cowan, 2023). Entretanto, tal violência se expandiu a nível exponencial durante o período. Embora as pessoas LGBTQIAPN+ não tenham sido as únicas a sentirem as dores da ditadura, a violência institucional direcionada a elas era, quase sempre, dotada de moralidade e imposições comportamentais. A esse respeito, vale mencionar que: enquanto aqueles perseguidos pela repressão política eram, geralmente, mortos, pois suas “ideias reacionárias” deveriam ser eliminadas da ordem social antes que chegassem ao conhecimento de outras pessoas, aqueles perseguidos pela repressão moral geralmente eram eliminados moralmente, condenados ao esquecimento, ao envergonhamento público e a decadência social e profissional, pois suas condutas “depravadas” precisavam ser reprimidas e vistas como um motivo a se envergonhar (Quinalha, 2017).

Para tanto, com o objetivo de legitimar esta opressão, o Estado adotou certos mecanismos para tornar possível a perseguição a homossexuais durante o regime. A manobra mais insidiosa foi justamente a construção da figura dos “inimigos internos”. Nesse contexto, os homossexuais foram transformados em ameaças à população, bem como à ordem da soberania nacional e a estrutura da família tradicional brasileira; pois seus comportamentos “subversivos” e “desviantes” atentavam contra à “moral” e “os bons costumes” da época. Nesse sentido, “a articulação entre “desvio moral” e “subversão” [...] decorria da paranoia anticomunista e da grande preocupação com a chamada “revolução de costumes” [...]” (Fico, 2023, p. 23). Logo, a preocupação exacerbada com uma possível “ameaça” comunista foi suficiente para que os militares associassem o comportamento dos homossexuais com a “perversão” dos comunistas.

Considerações finais

Portanto, com todo o exposto, conclui-se que as homossexualidades e as identidades de gênero “desviantes” foram colocadas como “obra do comunismo”. Desse modo, verifica-se que o regime totalitário procurou estabelecer critérios morais para submeter a população sob seu domínio. O discurso conservador que era emanado pelos militares no poder durante o regime, não se limitava em um discurso puramente político, mas manifestava-se, também, através de percepções morais.

Com isso, os militares, em uma tentativa de extermínio moral, moldavam o intelecto social — que, em sua maior parte, já era conservador — ao entendimento de que aquelas pessoas eram “depravadas” e estavam atentando “contra a moral e os bons costumes” por meio de uma agenda comunista da esquerda radical. Transformando, assim, a população LGBTQIAPN+ em verdadeiros inimigos do povo e reduzindo a violência sofrida por seus membros a uma condicionante estritamente política, o que não era verdade. Além disso, conclui-se que estas violências não foram encerradas com o fim da ditadura, mas permanecem incidentes na realidade brasileira. A homotransfobia, como se entende estas manifestações de preconceitos hodiernamente, é uma realidade que atinge diariamente pessoas cujas expressões de gênero e orientações sexuais são lidas por uma sociedade patriarcal e cisheteronormativa como imorais ou socialmente deploráveis. Tamanha é a repulsa e a despreocupação social e institucional com as questões que tangenciam as violências sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+, que tais violências sequer são tratadas como questões sérias e pautas relevantes para serem discutidas. Verifica-se, portanto, uma hierarquização das pautas de direitos humanos nas esferas institucionais (como no Congresso e no ambiente escolar), onde a violência estrutural contra a população LGBTQIAPN+ sofre um apagamento histórico sistemático.

Desse modo, ao analisar criticamente e com olhos atentos essas “pequenas” falhas institucionais que se manifestam diariamente, é possível verificar que o descaso estatal para com os sujeitos dessa comunidade, que foram ao longo de suas existências marginalizados, apagados, criminalizados e

mortos, não é algo recente, pelo contrário: ele decorre de uma agenda moral que instituiu a soberania da cisheteronoratividade em diversos contextos históricos da história do Brasil, sobretudo no contexto da ditadura militar.

Referências

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. *In*: GREEN, James N. (org); QUINALHA, Renan (org). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2023. E-book. ISBN: 978-85-7600-575-9. p. 43-98. Disponível em: <https://pt.everand.com/home>. Acesso em: 20 maio 2026.

FICO, Carlos. Prefácio. *In*: GREEN, James N. (org); QUINALHA, Renan (org). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. Documento eletrônico. São Carlos: EdUFSCar, 2023. E-book. ISBN: 978-85-7600-575-.p. 18-26. Disponível em: <https://pt.everand.com/home>. Acesso em: 20 maio 2026.

GREEN, James N. *et al.* Ditadura e homossexualidades. *In*: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**: volume II - textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/>. Acesso em: 20 maio 2026.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 327 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/>. Acesso em: 20 maio 2026.